

**ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF.**

A Empresa **AC2 ENGENHARIA LTDA**, CNPJ: 10.751.005/0001-00, estabelecida na Rua Tereza de Azevedo, nº 1135, Gruta de Lourdes, Maceió/AL, CEP:57.052- 600, tendo como representante legal o Sr. Christiano Edmundo Cintra Esequiel Filho, inscrito no CPF nº 052.675.694-29 e RG nº 99001207597 – SSP/AL vem mui respeitosamente, com fulcro no art. 45, inciso II, da Lei Federal nº 12.462/2011 e art. 54 do Decreto Federal nº 7.581/2011, e item 6.3 do instrumento convocatório, apresentar:

### **RECURSO ADMINISTRATIVO NO RDC ELETRÔNICO Nº 023/2020**

pelas razões de fato e de direito expostos a seguir, requerendo a reforma da decisão desta Ilustre Comissão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF.

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

O presente recurso é tempestivo na medida em que a intenção de sua interposição foi manifestada e recebida pelo Presidente, no dia 22/01/2021, conforme consta na ata da sessão gerada pelo sistema *comprasnet*. Sendo de 05 (cinco) dias úteis o prazo para registrar as razões do recurso, temos como termo final o dia 29/01/2021, sexta-feira, sendo, portanto, tempestivo.

#### **2. DOS FATOS**

Como é cediço, a Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF publicou o edital da licitação na modalidade RDC (Eletrônico) nº 23/2020, com critério de julgamento de maior desconto, destinado a execução das obras e serviços de Esgotamento Sanitário, na sede do município de Jequiá da Praia-AL, localizado no Estado de Alagoas.

Após a constatação de que a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA, CPF/CNPJ: 02.339.308/0001-91 havia sido vencedora do procedimento, o Sr. Presidente reviu sua decisão inicial motivado pelo Recurso interposto pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, razão pela qual retornou a fase de julgamento em razão da inabilitação da GPS EMPREENDIMENTOS LTDA, em sede de Recurso, sob o fundamento de que a referida empresa não atende ao requisito da LC Nº 123/2006, art. 3º, § 4º, inciso VII.

Nesse toar, a Comissão promoveu a convocação da remanescente obedecendo-se a ordem de classificação, onde denota-se que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, 2ª colocada na ordem de classificação, por ter apresentado desconto na ordem de 25,2000%, o que implica no valor total de R\$ 18.368.947,4822, foi convocada na licitação em epígrafe para apresentação de seus documentos.

Pois bem, com fulcro nas disposições legais, a empresa supramencionada foi convocada via sistema *comprasnet* nas datas de 20/01/2021 e 21/01/2021 para apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços, sendo anexado no sistema, para que quaisquer interessados pudessem consultar.

Assim, mesmo diante do flagrante não atendimento aos ditames editalícios a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA foi considerada vencedora do certame, uma vez que não demonstrou o atendimento dos itens referente a qualificação técnica (item 12.1.3.1. do Edital e 8.1.1. alíneas “c” e “d” do Termo de Referência), bem como o item 12.1.4. alínea “c”, em sua qualificação econômico-financeira.

Nota-se, portanto, que a R. Comissão, por um equívoco, promoveu a habilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA para este certame, tendo a citada empresa apresentado os mesmos documentos adulterados no RDC 028/2020 (*execução das obras e serviços relativos à implantação de sistemas adutores, para abastecimento d’água tratada em comunidades rurais difusas – subsistema XII, no município de Pariconha, no Estado de Alagoas*) no sentido de burlar a legalidade do procedimento, fato este que vem maculando os procedimentos licitatórios realizados pela CODEVASF conforme demonstraremos a seguir.

### 3. DAS RAZÕES DA NECESSÁRIA REFORMA DA DECISÃO DA COMISSÃO

#### 3.1. DA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO VÍNCULO COM O ENGENHEIRO MECÂNICO FELIPE HERBET VANDERLEY DA SILVA.

Não obstante as regulares exigências editalícias ao observarmos a documentação apresentada pela licitante METAL INFRAESTRUTURA LTDA, constata-se que a mesma não apresenta a documentação exigida para a habilitação técnica, e, portanto, encontra-se em situação irregular não podendo ter sido habilitada pela Comissão.

Analisando o acervo técnico a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA não promoveu o atendimento da comprovação de vínculo do responsável técnico no sentido de demonstrar que o mesmo pertencente ao quadro permanente da empresa, conforme determinações do edital no item 8 alínea “d” do Termo de Referência, vejamos:

- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro





devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à obra de esgotamento sanitário, ou obras similares, conforme alínea "c2" deste subitem.

d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço.

d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:

- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
- Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
- Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

Em análise dos documentos de habilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA verifica-se apenas a demonstração de vínculo funcional ou empregatício com os profissionais RICARDO DE SOUZA DELGADO e DAVID PORFIRIO PEREIRA DA SILVA através de um contrato de prestação de serviço firmado entre as partes.

No que tange a essa comprovação de vínculo, necessário se faz destacar que o mesmo se refere ao atendimento as disposições editalícias, onde a forma simples de demonstração de vínculo através de contrato de prestação de serviços se revelaria suficiente para o seu atendimento, no entanto, no presente caso sequer foi apresentada a do Sr. Engenheiro, FELIPE HERBET VANDERLEY DA SILVA, situação esta que torna flagrante o descumprimento aos ditames do edital.

Observa-se claramente a obrigatoriedade de comprovação de vínculo funcional ou empregatício descrita no item 8 alínea "d" do Termo de Referência, o que não foi apresentado pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA. Diante disso, emerge-nos a referida irregularidade na ausência de indicação de responsabilidade técnica com o vínculo funcional.

Na situação exposta, não tendo no momento oportuno, apresentado o vínculo de seu responsável técnico, não cabe apresentar em outra oportunidade, uma vez que o § 3º, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/1993, deixa patente a impossibilidade de se incluir documentos em momento posterior à fase apropriada. De outra banda, reputa-se incontestável a ausência da documentação exigida em cláusula editalícia, devendo, portanto, ser a licitante julgada inabilitada para o presente certame RDC nº 023/2020 - CODEVASF.

É premente que se deixe claro, que a inabilitação da empresa METAL não consiste em excesso de rigor por parte da Administração, mesmo porque os atos que encerram o procedimento de licitação são eminentemente formais e, salvo quanto ao conteúdo das propostas, públicos, até mesmo para atender ao princípio da segurança jurídica, cuja razão teleológica é o cumprimento dos preceitos de igualdade e isonomia entre os concorrentes.

Importa dizer que esta Recorrente entende ser indispensável a obrigatoriedade de um certame ser realizado com fiel observância aos princípios que regem a licitação, em especial ao da vinculação ao instrumento convocatório. O princípio em destaque tem uma considerada importância, vez que vincula não só a Administração, mas também os administrados, às regras nele estipuladas, ao tempo em que estabelece que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos termos previamente estipulados, de forma a evitar subjetivismos e conotações individuais na aferição da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, a incompletude dos documentos da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, remete-nos à incorreta aplicabilidade do princípio da vinculação do instrumento convocatório, o qual aduz que uma vez estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas em seus exatos termos. O referido princípio é de relevância ímpar, posto que, não vincula somente a Administração, como também aos administrados que a ele aquiesceram, pois trata-se de uma segurança tanto para o licitante como para o interesse público, extraída do princípio procedimental formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

### **3.2.DA APRESENTAÇÃO DE CAT Nº 685703/2019 ADULTERADA PELA EMPRESA METAL INFRAESTRUTURA LTDA.**

Prezando pela legalidade dos certames que vem sendo realizados por essa Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o atendimento da vinculação do instrumento convocatório, esta Recorrente já vem comunicando a R. Comissão quanto ao ilícito que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA vem praticando em suas participações na licitações, em especial ao RDC 028/2020 e neste 023/2020.

Entretanto, a Comissão mesmo ciente dessas condutas de má-fé da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, vem dando prosseguimento aos certames acatando a documentação adulterada apresentada pela referida empresa, fato este que vem comprometendo a isonomia, legalidade e moralidade do presente certame e até da R. Comissão.

O que esta Recorrente vem demonstrar é o fato e que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA não atende as exigências editalícias quanto a qualificação técnica através do item 12.1.3.1. do Edital e 8.1.1. alínea "c" do Termo de Referência. Em consequência dos documentos apresentados para satisfazer a qualificação técnica, cumpre trazer a lume em especial a CAT COM REGISTRO DE ATESTADO Nº 685703/2019 (Atividade concluída) relativa ao Acervo Técnico do profissional DAVID PORFIRIO PEREIRA DA SILVA, referente ao Contrato nº



144/2017, celebrado entre a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA e a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL.

É oportuno consignar que em razão de informações constantes no ANEXO I do Atestado Registrado no CREA, esta RECORRENTE solicitou a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL cópia na íntegra do Termo de Contrato nº 144/2017, visando dirimir toda e quaisquer dúvidas quanto a veracidade do acervo demonstrado. Nessa linha, ao compulsar o referido instrumento não pairam dúvidas quanto a discrepância dos serviços pactuados no Contrato nº 144/2017 – CASAL, o que ora demonstramos no arquivo em anexo, o qual contém todos os serviços realizados em sua planilha orçamentária situado no Anexo I do documento.

Em visualização do anexo I arquivado junto à CASAL, referente ao contrato nº 144/2017, vê-se que o anexo I apresentado neste certame e supostamente vinculado ao contrato nº 144/2017, não condiz com a realidade, pois contém informações sobre prestação de serviços não contemplados no referido contrato, bem como em quantidades superiores às efetivamente realizadas, com o intuito, único e exclusivo, de atender aos requisitos de habilitação.

A divergência é gritante e perceptível em simples comparação dos anexos nomeados como “anexo I”.

A situação em deslinde resta cristalina a má-fé da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA ao participar do procedimento licitatório declarando “que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital”, ao tempo em que utilizou-se de todos os meios para burlar a legalidade do certame, trazendo documentos capazes de induzir ao erro o julgamento realizado pela Douta Comissão e até a segurança jurídica da futura contratação, uma vez que não possui qualificação técnica necessária para execução dos serviços licitados.

Ora, conforme Contrato anexado é possível vislumbrar o não atendimento do item 12.1.3.1. do Edital e 8.1.1. alínea “c”, situação esta que ainda pode ser aclarado pela R. Comissão através de promoção de diligência junto à CASAL para que a mesma apresente as medições juntamente com as notas fiscais emitidas pela empresa METAL no referido Contrato, uma vez que no procedimento RDC 028/2020, a Comissão se justificou apenas informando que a CASAL não promoveu a resposta, no entanto, os membros da Douta Comissão sequer apresentaram quaisquer documentos ou manifestação visando refutar a CAT adulterada com o Contrato verdadeiro encaminhado como prova do alegado por esta Recorrente.

Assim, a conduta da R.Comissão deverá ser em prol da legalidade, moralidade e isonomia do certame, apurando-se administrativamente através da aplicação das penalidades correspondentes o comportamento da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA ao apresentar documentos com informações inverídicas em sua tentativa desesperada de atendimento das exigências do instrumento convocatório, fato este que não pode e não deve ser tolerado.

É incontestável os motivos que levam a inabilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, em razão do seu flagrante descumprimento as exigências habilitatórias, ressaltado, capazes de macular todo o procedimento, e caso o mesmo venha ser levado a feito com a adjudicação e

homologação da Recorrida, é cabível até o acionamento do Poder Judiciário frente as razões aqui esposadas.

### **3.3.DO NÃO ATENDIMENTO AOS ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA INDICADOS NO ITEM 8.1.1. ALÍNEA "C" DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Visando aclarar a Douta Comissão quanto ao efetivo descumprimento às regras do edital pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, apresentamos abaixo a relação dos itens de maior relevância exigidos na licitação:

#### **8.1.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1.1.O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante tenha executado serviços em obras de esgotamento sanitário ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo:

##### **ITEM - SERVIÇO:**

1.0Ligação Predial/domiciliar de Esgoto/Água:  $\geq 1.500$  Ligações;

2.0 Escoramento metálico blindado, com profundidade acima de 2,5m:  $\geq 3.000$  m lineares;

3.0 Rebaixamento de vala (lençol freático):  $\geq 11.000$  m.<sup>3</sup>;

4.0. Execução de Estação de Tratamento de Esgoto/Água: Vazão  $\geq 22\text{m}^3/\text{h}$ :  $\geq 1$  Unidade;

5.0 Operação e/ou pré-operação de sistemas elevatórios/hidráulicos, por período igual ou superior a 06 (seis) meses: Vazão  $\geq 41,8$  m<sup>3</sup>/h;

6.0. Execução de concreto armado:  $\geq 400$  m<sup>3</sup>;

c1) A totalidade dos quantitativos exigidos no quadro do subitem 8.1.1 alínea "c", poderão ser comprovadas pela licitante através do somatório dos quantitativos executados em contratos de obras similares ao objeto desta licitação;

c2) Definem-se como obras similares: obras construtivamente afins às de saneamento básico, especialmente no campo da engenharia hidráulica, incluindo barragens, diques, canais, estações de bombeamento, sistemas de abastecimento d'água, e usinas hidrelétricas;

c3) Define-se como obras de porte e complexidade aquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às





descritas nas Especificações Técnicas (ANEXO IV), parte integrante deste Edital;

Através de análise perfunctória do acervo técnico apresentado pela Recorrida, é forçoso constatar os seguintes pontos:

- i. A empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 24.558m<sup>3</sup> de rebaixamento de lençol freático e não tem NENHUM metro cúbico pois na região do alto sertão de Alagoas o lençol freático encontra-se abaixo de 50 metros de profundidade;
- ii. Para comprovação do item "concreto armado" a Metal condicionou o item "armação" e isso não é permitido pelo edital, como também, todas as quantidades de ferragens apresentada estão visivelmente adulteradas para mais;
- iii. A empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou na CAT Nº 685703/2019, 151,36 m<sup>3</sup> de concreto armado e não tem NENHUM metro cúbico de concreto executado pois o contrato não previa, nem tão pouco executado os dois TAU'S (Tanque de amortecimento unidirecional) apresentados;
- iv. No item 11.1 da CAT Nº 686617/2019 (rede de distribuição), a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 13.445 metros de rede e escavou 36.735 m<sup>3</sup>, o que dá uma profundidade de vala para colocação de rede de 4,00 metros de profundidade;
- v. No item 11.1.2.5 da CAT Nº 686617/2019 (rede de distribuição), a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou lastro de vala de 8.560 m<sup>3</sup> o que dá uma camada de 0,85 metros;
- vi. na CAT Nº 686617/2019, a METAL INFRAESTRUTURA LTDA considerou o volume de concreto relacionado com a ferragem necessária o que não é permitido pelo edital porém seria aceitável desde que a taxa de ferro fosse de aproximadamente 100kg de ferro por metro cúbico de concreto;
- vii. a METAL INFRAESTRUTURA LTDA apresentou 420 m<sup>3</sup> de concreto (item 10.1.3.2) e apresentou 104.925kg de ferro o que dá uma taxa de 250 kg de ferro por metro cúbico, o que não totaliza o exigido no edital.

É cristalino os motivos que levam a inabilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, onde demonstramos exaustivamente que a mesma sequer detém de capacidade técnica para executar o empreendimento objeto desta licitação, aliada as outras questões ora narradas na presente peça.

É de salientar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Tendo o mesmo o condão de impor à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição. Afinal, é ato concretizador e de hierarquia inferior a essas. Antes de observar o Edital e condicionar-se a ele, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade. Alocamos o Edital como derradeiro instrumento normativo da licitação,

pois regramenta as condições específicas de um dado certame, afunilando a Constituição, as leis, e atos normativos outros infralegais. Porém, não poderá contraditá-los. Afinal, o Edital, diríamos, antes da execução contratual, seria o derradeiro ato de substancialização da Constituição e das Leis.

### 3.4. DO DESCUMPRIMENTO DO ITEM 12.1.4., ALÍNEA “C” DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

No que pertine ao balanço patrimonial apresentado, cumpre trazer à baila inicialmente as disposições editalícias sobre a referida exigência, vejamos:

#### 12.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

#### c1) Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;



- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c2) Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta "on line" ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

Em conformidade com o artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, a Administração pública deverá, quando da qualificação econômico financeira, verificar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

Sendo assim, é consabido que objetivo do Balanço Patrimonial é apresentar, de uma forma ordenada e padronizada, a situação econômica e financeira de uma empresa num determinado momento. Numa licitação, serve pra saber se a empresa tem boa saúde financeira, se não está em processo de falência e, portanto, tem condições de executar o objeto do contrato.

O que verificamos no caso em epígrafe foi a ausência de todos os documentos relativos ao balanço patrimonial pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, no sentido de atender aos ditames da Lei, a qual versa sobre como deve ser a demonstração dessa qualificação econômico financeira em especial quanto as sociedades limitadas.

Nesse embalo em sendo a Recorrida, uma sociedade limitada, necessário se faz a apresentação da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, a qual configura ações de reinvestimento do capital, ou melhor, do lucro líquido a partir da integração com o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE), esclarecendo, por meio de relatórios e notas explicativas, a situação patrimonial e os resultados da empresa.

Sobre a DLPA, esclarecemos que ela tem como principal objetivo evidenciar a distribuição do resultado do exercício. Enquanto na DRE o objetivo é apurar o lucro, na DLPA



temos a apresentação da destinação do lucro, isto é, de que forma o lucro líquido (aquele apurado na DRE) é aplicado.

A estrutura da DLPA está interligada com essa destinação dos lucros, tanto a saída de recursos da conta Lucros Acumulados, advindas do lucro líquido para as reservas de lucro, como também a reversão de reservas, que nada mais é do que o retorno da reserva constituída para a conta Lucros Acumulados. Desse modo, vale o lembrete de que a DLPA evidencia as alterações ocorridas no saldo da conta de lucros ou prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Notemos de modo claro que DLPA (Demonstração de Lucros e Perdas acumulados) deverá compor as demonstrações contábeis, indubitavelmente, e este documento deverá obrigatoriamente estar registrado na Junta Comercial da sede da licitante. Nestes termos, está comprovado e não há dúvidas quanto a legalidade da exigência editalícia, é forçoso concluir que o cumprimento ao mandamento editalício é imperioso, sob pena de inabilitação, que é o caso, uma vez que a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA deixou de apresentar no certame em testilha.

Ademais, a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados visa fornecer informações aos usuários de uma forma analítica da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados que se encontra no Patrimônio Líquido, evidenciando num determinado período de tempo as mutações no resultado. Essa demonstração é obrigatória de acordo com o artigo 186, § 2º da Lei 6.404/76, que citamos: "*demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante ao dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.*"

Nesse contexto, enfatizamos a incompletude dos documentos apresentados pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA, tendo em vista que a DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (Decreto nº9.580/2018), o que não foi demonstrado pela empresa no procedimento RDC 023/2020, o que a torna inabilitada para o certame.

### **3.5. DA IMPRESCINDIBILIDADE DE UM CERTAME PAUTADO NA LEGALIDADE E NA VINCULAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

Em sendo a licitação um procedimento vinculado, o qual fixa suas regras, compete ao administrador observá-las com pleno rigor, razão pela qual não poderá a Ilma. Comissão adotar conduta diversa a não ser a de se ater às exigências indicadas naquele instrumento, garantindo o fiel cumprimento dos princípios básicos e correlatos da licitação, destacando-se dentre eles o da legalidade, moralidade, da vinculação do instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecem os arts. 3º, 41 e 55, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será





processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor

[...].”

A determinação do artigo acima transcrito demonstra claramente que o edital de licitação é a lei entre as partes. Nem à administração e nem aos licitantes é permitida interpretação diversa daquela que está consignada no edital. A determinação legal do art. 3º extirpa qualquer autonomia do aplicador para eleger um fim diverso daqueles previstos normativamente.

Tanto a administração quanto o particular estão vinculados aos ditames impostos no edital, nenhuma das partes pode esquivar-se do cumprimento das regras ali determinadas, sob pena de impugnação do ato. Essa determinação está gravada no art. 41 da Lei nº 8.666/93, como mandamento que deve ser seguido pela Administração Pública.

Esse também é o entendimento do prestigiado constitucionalista Celso Antônio Bandeira de Mello, senão vejamos:

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observância feliz, que é a sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório está inter-relacionado com o princípio da legalidade. A validade das regras gravadas no instrumento convocatório deve estar autorizada pelo ordenamento jurídico. O administrador tem ampla responsabilidade ao elaborar o edital, uma vez que pode ser responsabilizado pelos prejuízos advindos da invalidação de um processo licitatório por desídia.

Vincular-se ao ato convocatório é cumprir com as exigências que nele se encontram descritas, é julgar as propostas de acordo com regras preestabelecidas. Diferente do que busca a Recorrida, METAL INFRAESTRUTURA LTDA, que tenta dar interpretação diversa para o caso concreto.

Neste contexto, leciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração



ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. **Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administração, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia**". (grifos nossos). (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Ed., Dialética, 2010, p 565).

Sob esse prisma, Hely Lopes Meireles assevera que:

"(...) a vinculação ao Edital é o princípio básico de toda licitação. **Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado.** O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (Art. 41). Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento."

Nessa linha, compete a Douta Comissão respeitar as normas editalícias no decorrer do procedimento licitatório, implicando, portanto, na preservação do próprio certame, bem como aos demais princípios dele decorrentes, como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Quanto a imprescindibilidade da observância do princípio da vinculação do instrumento convocatório, cumpre trazer a lume, a orientação do Supremo Tribunal Federal:

"EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apocrifia, a inexistência do documento. 2. **Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência.** 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso. (RMS 23640/DF)."

**É mister concluir que o legislador ao criar a Lei que regulamente o procedimento licitatório almeja a implementação da legalidade em todos os atos licitatórios, devendo a Administração Pública através de seus servidores atuar em estrita observância ao que dispõe o referido diploma legal para não correr o risco de ver viciado seus atos. Portanto, fica evidente que a habilitação da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA fica**





prejudicada, por não atender as regras delineadas no edital, violando, desta forma, a legalidade, moralidade, isonomia e transparência do procedimento RDC (Eletrônico) nº 023/2020.

#### 4. DO PEDIDO

*Ex positis*, diante de tudo o que restou acima esposado, requer o conhecimento do presente Recurso e a atribuição de efeito suspensivo, para assim ser provido em todos os seus termos pela reforma *in totum* da decisão da R Comissão, à evidência do efetivo descumprimento das regras editalícias e a suposta boa-fé da empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA ao apresentar documentos com informações inverídicas, para assim decidir pela convocação desta empresa remanescente do procedimento para apresentação da documentação de acordo com os parâmetros fixados no Edital, mantendo-se ilibada a conduta dos membros da Comissão de Licitação da CODEVASF.

Outrossim, cumpre destacar que a empresa Recorrente confia na lisura e imparcialidade da Comissão de Licitação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, e por essa razão espera que o presente recurso seja acatado em conformidade com as disposições constantes em lei e nas orientações emanadas dos tribunais pátrios (TCU, TCE, TRF e etc.), todavia, caso o apelo não seja provido, REQUER desde já sejam submetidas as razões do presente recurso para apreciação da autoridade superior, *in casu* Sua Excelência, ao Sr. Superintendente, sem prejuízo do posterior envio aos órgãos de controle de contas, bem como do acionamento ao Poder Judiciário para análise mais acurada dos termos do edital e seus desdobramentos.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.  
Maceió- AL, 29 de janeiro de 2021



Christiano Edmundo Cintra Esequiel Filho  
Sócio Administrador  
AC2 ENGENHARIA LTDA